

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: 3uf57maq <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 17/09/2025 Projeto de lei nº 1441/2025 Protocolo nº 10019/2025 Processo nº 2999/2025	
<b>Autor:</b> Dep. Janaina Riva		

**Dispõe sobre a concessão de isenção de IPVA para veículos automotores híbridos e elétricos no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedida isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no Estado de Mato Grosso para os veículos automotores classificados como híbridos, nos termos definidos nesta lei.



Art. 2º Fica concedida isenção de 100% (cem por cento) do IPVA no Estado de Mato Grosso para os veículos automotores 100% elétricos.

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

- I. Veículo elétrico: aquele movido exclusivamente por energia elétrica, sem motor de combustão interna;
- II. Veículo híbrido: aquele que combina motor de combustão interna com motor elétrico, podendo ou não recarregar este último por fonte externa (híbrido plug?in) ou apenas por regeneração interna, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 4º A isenção prevista nos arts. 1º e 2º se aplicará:

- I. somente para veículos adquiridos ou emplacados no Estado de Mato Grosso;
- II. mediante comprovação da natureza elétrica ou híbrida conforme Art. 3º, por meio de documento fiscal ou

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

certificado técnico emitido por órgão competente;

III. observadas outras condições que o Poder Executivo vier a estabelecer em regulamento.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei, especialmente para:

I. definir procedimentos de solicitação da isenção;

II. estabelecer critérios técnicos para classificação dos veículos híbridos (potência elétrica mínima, tensão, autonomia, etc.);

III. calcular o impacto financeiro da renúncia de receita;

IV. prever mecanismos compensatórios ou de limitação temporal, caso necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se para os exercícios de IPVA subsequentes.

## JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa conceder benefício fiscal no âmbito do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, com o objetivo de fomentar o uso de veículos ambientalmente sustentáveis no Estado de Mato Grosso. A proposta estabelece isenção de 100% do IPVA para veículos automotores elétricos e redução de 50% para veículos híbridos, como medida de incentivo à mobilidade limpa, ao desenvolvimento tecnológico e à preservação ambiental.

A utilização de veículos movidos exclusivamente por energia elétrica, bem como daqueles que combinam motor elétrico e combustão interna, representa alternativa viável e eficiente à matriz de transporte baseada em combustíveis fósseis, cujos impactos sobre o meio ambiente e a saúde pública são notórios. Além da significativa redução de emissões de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa, os veículos elétricos e híbridos apresentam menor emissão sonora e menor custo de manutenção ao longo do tempo, contribuindo para cidades mais sustentáveis e silenciosas.

Em consonância com o princípio do desenvolvimento sustentável, insculpido na Constituição Federal, e com o dever do Estado de promover políticas públicas que garantam o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a proposta se insere no rol das medidas voltadas à transição energética e à descarbonização da economia. A política de incentivo fiscal à mobilidade elétrica já se mostra consolidada em diversas unidades da federação, o que demonstra a viabilidade jurídica e administrativa de sua implementação.

Nesse sentido, citam-se como precedentes o Distrito Federal, que concede isenção total de IPVA para veículos elétricos e híbridos, e o Estado de Mato Grosso do Sul, que oferece desconto de 70% para tais categorias. Estados como Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Rio Grande do Sul também já adotaram benefícios similares, evidenciando tendência nacional de reconhecimento da importância estratégica da eletromobilidade.

Diante da relevância do tema, do interesse público envolvido e da necessidade de adequação do sistema

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

tributário estadual às exigências contemporâneas de sustentabilidade, conta-se com o apoio dos nobres parlamentares para aprovação desta importante iniciativa.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 17 de Setembro de 2025

**Janaina Riva**  
Deputada Estadual